

# Economia leva Campos e Severo a conflito ideológico

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — "Os conservadores parecem querer entregar tudo", diz o relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP). "Os xiitas ainda vão perpetuar este país na pobreza", retruca o senador Roberto Campos (PDS-MT), da mesma comissão. Embora incompreensíveis para o público alheio ao cotidiano da luta ideológica que se desenvolve na Constituinte, as duas frases são dardos disparados entre adversários renhidos, propensos a se engalfinhar nesta semana, quando a comissão se reúne para discutir a intervenção do Estado na economia, a política agrária e a administração do espaço urbano.

O conflito entre o grupo liderado por Severo e os adeptos das ideias de Campos começa pelo adjetivo. Os primeiros se dizem "os de esquerda" ou progressistas, preocupados com a distribuição social da riqueza e a independência econômica do país. Os outros, para este grupo, são apenas "a direita" ou "os conservadores". Campos renega o título:

— Nós somos os liberais, porque queremos a economia de mercado, a privatização, a desregulamentação. Quanto a eles, são os xiitas. Como os adeptos de Khomeini, querem se isolar do mundo e nivelar a todos na pobreza.

**O estatuto** — Com discursos tão díspares, Campos e Severo brigam até dia 15 por um capital de 61 votos, pertencentes aos integrantes da comissão. Nesta data deverá ser votado o relatório que irá para a Comissão de Sistematização. Esta remeterá o esboço da nova Carta ao plenário da Constituinte em 15 de julho. E nesta data, infalivelmente, Campos e Severo retomarão o conflito, que os arrastará até o último lance da Constituinte.

Nem um nem outro cederá no seu ponto de vista. É assim desde 1964, quando os dois tentaram trabalhar juntos no Ministério do governo Castelo Branco. Campos era ministro do Planejamento, enquanto Severo ocupava o Ministério da Agricultura, depois de passar alguns meses à frente da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Como formulador da política econômica do governo, Campos ficou também encarregado de elaborar um plano de reforma agrária, por ele batizado "Estatuto da Terra". A lei foi para o Congresso e ali encontrou a oposição do deputado Bilac Pinto (UDN-MG), assessorado por ninguém menos que Severo Gomes. "Este meu colega de governo, que agora se diz de esquerda, era então um latifundiário feroz", dispara Campos.

Uma definição com a qual Severo não concorda. O senador admite que tinha fazendas. Mas pondera: "A questão não era esta. O problema é que o Estatuto tinha a inspiração de Lincoln Gordon — então embaixador americano no Brasil."

**A alcunha** — O desencontro ganhou alicerces indelétricos e cada personagem seguiu seu caminho. Campos deixaria o poder no fim do governo Castelo Branco, mas nunca conseguiu se livrar da pecha de "direita". Não só por ser suspeito de trocar ideias com embaixadores americanos, como também por ter recomendado que o país recorresse ao FMI, na crise financeira de 1959, ganhou o apelido de "Bob Fields" — seu nome de batismo em inglês. Uma alcunha que os seguidores de Severo pretendem relembrar nas próximas sessões plenárias da Constituinte.

Severo, por sua vez, retornaria ao poder no Governo Geisel. Ali, como ministro da Indústria e Comércio, conviveria com outro futuro adversário ideológico na Assembleia Nacional Constituinte, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli. Paulinelli é, no entendimento da esquerda, "o mentor intelectual" das artimanhas políticas que levaram à derrocada de todas as propostas progressistas na votação do relatório da Subcomissão de Reforma Agrária, domingo passado. Nesta condição, terá também o seu embaixador com Severo. Talvez, mais flagrante do que o outro que os desuniu em maio de 1975.

**A batalha** — Naquela ocasião, Paulinelli, o Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e o ministro do Planejamento de Geisel, João Paulo Reis Veloso, foram a Salzburgo, na Áustria,



Roberto Campos

## Campos diz que luta contra novo Khomeini

num programa de atração de investimentos estrangeiros para o Brasil. Enquanto isto, Severo passou a percorrer o país, condenando a "desmesurada participação de capitais estrangeiros na economia brasileira". Foi o início de um confronto intergovernamental, que terminou em fevereiro de 1977, com Severo sendo convidado a deixar o governo.

Em março de 1983, Severo e Campos se reencontraram. Eleitos para o Senado, passaram a enfrentar-se nas sessões plenárias com duras agressões verbais ou refinadas ironias, em discussões sobre a economia do país. Interessados pelo te-



Severo Gomes

## Severo defende intervenção com soberania

ma, acabaram escolhendo a mesma Comissão quando se iniciaram os trabalhos da Constituinte. Na primeira etapa, do debate nas subcomissões, Campos saiu vencedor. Sigilosamente, o ex-ministro conspirou em torno de suas ideias e com a ajuda do ex-ministro da Fazenda, deputado Delfim Neto (PDS-SP), e do ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) — "um líder nato", afirma — levou seu grupo a derrubar o relatório "estatizante" do deputado Virgildário de Sena (PMDB-BA), um seguidor de Severo. Mas foi apenas uma batalha. A guerra ainda não terminou.

## Estado, a causa da discórdia

Há uma crença, entre os constituintes, de que Roberto Campos foi o grande vencedor, com a forma final adquirida pelo relatório da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica. Trata-se de um documento liberal. Mas Campos não pensa assim. "Eu queria um documento ainda mais privatista e mais inibidor da presença do Estado", afirma. E isto é justamente o que Severo Gomes não quer.

**Definição de empresa nacional** — Campos acha, conforme está no relatório, que basta a empresa estar instalada no país e obedecer as leis brasileiras para ser considerada nacional. Assim, passam a ser nacionais a Shell, a Volkswagen e a Alcan, por exemplo. Severo defende, como critérios para classificação, o capital majoritário brasileiro e a presença do centro de decisões da empresa no país. Sugere ainda que, "como ocorre nos Estados Unidos, as indústrias de tecnologia de ponta só empreguem funcionários". Campos acha tudo isto ridículo. No seu conceito, capital não tem pátria e não tem por que o Brasil fugir de um para se restringir ao outro. Severo, por seu lado, lembra que as empresas genuinamente brasileiras criam tecnologia no país e consomem matérias-primas e componentes brasileiros, enquanto as multinacionais concentram o desenvolvimento tecnológico nas suas matrizes e comprometem o balanço de pagamento com o pagamento de royalties, assistência técnica e importação de componentes.

**Intervenção do estado na economia** — Campos propõe que o estado tenha uma participação supletiva e temporária na atividade produtiva. O senador prefere que os gastos públicos se concentrem na área social, deixando a atividade econômica para quem gosta de competir e assumir riscos. Severo, indignado, pergunta se alguém pode conceber empresas como

a Vale do Rio Doce e a Embraer existindo em caráter provisório. Lembra ainda que, em economias descapitalizadas como as do Brasil, a injeção de recursos do estado na economia é fundamental para o crescimento do setor privado, inclusive.

**Monopólio do petróleo** — Campos envergonha-se de discutir este assunto na Constituinte. "Colocar produtos na carta magna e torná-la mercadológica", provoca. Quanto ao monopólio em si, é totalmente contra. "O monopólio é a cassação de direitos econômicos", afirma. Para ele a Petrobrás seria mais eficiente se fosse obrigada a competir. Para Severo a questão é clara: 1) o petróleo é um bem estratégico e como tal deve ser preservado, monopolizado; 2) a Petrobrás tem-se mostrado eficiente, tanto que o Brasil reduz rapidamente as importações do produto.

**Acesso ao subsolo** — Campos acha que deve ser regulamentado pelos estados. "Ai teremos uma competitividade de legislação: um estado poderá optar por ficar pobre e preservar uma bonita paisagem com índios nus andando pela mata; enquanto outro escolherá a transformação do seu cadáver geológico em riqueza", afirma. Defende também o acesso livre ao subsolo: "O avanço da tecnologia tem reduzido gradativamente o consumo de minerais e, se nós temos muitas reservas, devemos explorá-las já, com empresas nacionais ou não". Severo, por seu lado, concebe as riquezas minerais como um bem da União, cuja exploração deve ser preservada aos brasileiros. "Como ministro da Indústria e Comércio, tive a oportunidade de comprovar como as multinacionais dilapidam nossas jazidas, exportando os minérios por preços baixos, negociados com suas coirmãs no exterior. Algumas vezes eu ameaçava intervir na comercialização e as cotações melhoravam imediatamente", recorda.

## PMDB põe de lado programa que lhe garantiu maioria

William Waack

Seria uma economia bizarra e maravilhosa, se a nova Constituição fosse aprovada hoje. O grande partido majoritário, o PMDB, teria obtido impressionantes avanços no campo social e o fim da pobreza por decreto. Estranhamente, algumas de suas ideias formadas em 20 anos de oposição ao regime militar não iriam muito adiante.

Para o Estado não valeriam os últimos 200 anos de história do capitalismo: ele se contentaria com ténue presença na vida econômica. Cairiam para mera formalidade as diferenças entre empresa nacional e estrangeira, mas os bancos do exterior aqui não poderiam abrir agências ou captar depósitos. Tão importante para qualquer política nacionalista — como a do PMDB — o monopólio estatal de recursos como o petróleo é em parte abandonado.

A reforma agrária, outra destacada bandeira de luta do partido, volta para o período anterior a 64, isto é, quando sequer o Estatuto da Terra existia. Há avanços na reforma tributária, mas a próxima central nuclear precisaria de aprovação do Congresso para ser concluída, coisa que nem os países industrializados fazem. Deputados ficariam envolvidos com questões monetárias, que em qualquer outro lugar são competência do Executivo. Difícil de governar um país assim?

— Ainda é prematuro para conclusões desse tipo, adverte o Deputado José Serra. — O essencial até agora foi apenas evitar as maluquices.

**Divisão** — De fato, as sucessivas derrotas do que se poderia qualificar como posições do PMDB em matéria de economia não preocupavam excessivamente a liderança do partido na Constituinte. Os grandes nomes estavam empenhados, sobretudo, em desarmar o clichê de um conflito entre bloco progressista e bloco conservador, com suas respectivas ramificações por outros partidos. Ninguém gosta de falar de divisões ideológicas dentro do próprio PMDB.

Há algumas sofisticadas caracterizações para o fenômeno que leva constituintes filiados ao PMDB a votar contra propostas que são quase dogmas para o partido, como ocorreu na subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica.

— Não houve socialização das ideias do partido — afirma o senador Fernando Henrique Cardoso. — Os Constituintes do PMDB não estão comprometidos com as posições nem a militância do partido.

— Outros se filiarão por mera comodidade ou oportunidade política, só porque a sigla era popular — acrescenta o Senador Severo Gomes, menos rebuscado.

A divisão entre arcaicos e modernos, não importa se progressistas ou conservadores (e não importa também qual o partido), é que fascina políticos intelectualizados como Fernando Henrique. Líderes do PMDB tendem a considerar notoriamente arcaicas posições tidas como progressistas, tais como excessivas limitações à presença do capital estrangeiro



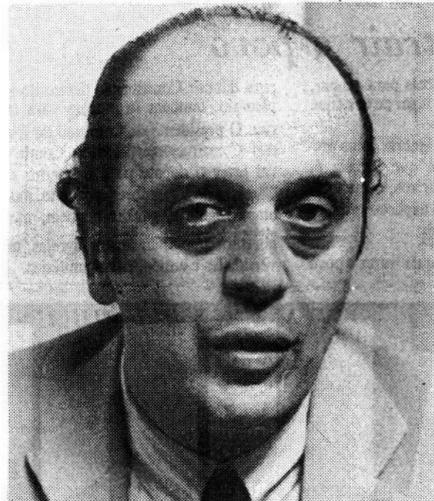
Fernando Gasparian

## Gasparian, juros de 12% para controlar bancos

na economia nacional ou a fixação de reservas de mercado em vários campos além da informática — outra tese popular no partido. Da mesma maneira, consideram digna do século XVIII a definição do papel do estado na economia, tal como fixado por grupos denominados conservadores num dos anteprojetos da constituinte.

**Petróleo** — Este é um dos pontos mais irônicos para o PMDB, e os conservadores também. Influenciado, entre outros fatores, por anos de oposição ao regime militar estatizante e centralizador, o PMDB atribui ao Estado um papel de relevância quase central na economia, assumindo funções clássicas (como supervisão, regulamentação ou incentivo) ou tomando as tarefas de empresário em atividades produtivas essenciais, em especial de muita complexidade tecnológica. Isto não chega a ser um paradoxo nem para um partido de oposição a um regime famoso pelo aumento do setor estatal. Em documentos oficiais, o PMDB atribui ao próprio regime militar uma campanha contra as empresas estatais, cujo verdadeiro papel no sistema econômico teria sido desvirtuado pelo autoritarismo.

Se aprovado tal como disposto pela subcomissão — para isto foi imprescindível a colaboração de oito deputados do PMDB, que proporcionaram sistematicamente confortáveis maiorias para um grupo liderado pelo deputado Delfim Neto — o anteprojeto de constituinte praticamente condenaria o setor estatal à desmontagem. Ao Estado ficaria proibido substituir empresa particular na atividade econômica, sua intervenção na economia seria permitida apenas temporaria-



José Serra

## Serra, a postos para evitar as "maluquices"

mente e em setores restritos, teria caráter provisório e as empresas estatais não poderiam receber qualquer tipo de benefício não prestado a organizações privadas.

Pesquisa e lavra do petróleo continuariam monopólio da União, mas não a sua exploração. Para ser considerada empresa brasileira, basta que uma firma tenha sua administração sediada no país — dois dispositivos que desorganizariam grande parte do sistema econômico que a Nova República quase não alterou. "Isto é o que eu chamo de efeito Martinez de Oz", sentencia o Senador Severo Gomes (Martinez de Oz foi ministro da Economia argentino durante a primeira junta militar, após o golpe de 76, e sua atuação neoliberalizante é considerada a principal responsável pela catastrófica situação econômica da Argentina em princípios desta década).

**Negociação** — Cabe ao próprio Severo Gomes, agora, um delicado trabalho de composição para recuperar posições do PMDB e negociá-las com vários agrupamentos políticos, não só de fora do partido. A reforma agrária é um desses episódios que desfiguram sua plataforma política. Os dois únicos artigos aprovados no anteprojeto são absolutamente inócuos, não fosse a importância que o PMDB sempre atribuiu ao explosivo tema. Ironicamente, transformou-se agora em sua tarefa obter na Constituinte a validade de princípios já estipulados no Estatuto da Terra (lei promulgada pelo regime militar), entre os quais a função social e econômica da propriedade rural e a modernização da agricultura. Nada disso está sequer delineado no anteprojeto aprovado na semana passada.

— Estamos com projetos na área social até corporativistas e muitos populistas, e um projeto econômico mais capitalista ou conservador, se assim você quiser, do que a atual Constituição, diz Fernando Henrique.

Arcaica, em sua opinião, é a definição de propriedade rural que acabou prevalecendo, e que inviabiliza qualquer reforma agrária. Culpados pela derrota podem ser considerados os próprios progressistas do PMDB, se depender da opinião de vários líderes do partido. Uma das propostas para a reforma agrária implicava negar ao proprietário desapropriado a contestação judicial da medida, "e isto fere princípios jurídicos consagrados", diz Severo Gomes. Foi a excessiva radicalização das propostas iniciais, de todos os lados — trazidas por grupos formados por deputados com interesses até pessoais em alguns tipos de questão — que teria provocado sérias distorções.

**Bancos** — Se em três elementos centrais do pensamento econômico do PMDB — papel do Estado no sistema produtivo, definição de empresa nacional e reforma agrária — o adversário político pode ser identificado sobretudo em setores formalmente desligados do partido, nas seções em que a Constituição trata do sistema financeiro conflito de considerável repercussão ocorreu sobretudo entre personalidades de destaque da própria agremiação. O Deputado Fernando Gasparian, famoso pelo seu projeto de limitar a 12% ao ano os juros bancários, acusou o colega José Serra de conspirador e aliado aos bancos pelas críticas que recebeu. Serra pediu que Gasparian encerrasse as intrigas, mas a questão de conteúdo está longe de ter sido sepultada apesar da aprovação do anteprojeto prevendo severas limitações aos bancos estrangeiros e a extinção do Conselho Monetário Nacional.

Setores importantes do PMDB se opõem às sugestões. Temem, no caso dos bancos estrangeiros, a violação do princípio da reciprocidade, que permite a bancos brasileiros operar (e captar depósitos) no exterior, além de se considerar bastante restritiva a legislação existente. Quanto à extinção do CMN, a própria liderança do partido está convencida de que é praticamente impossível transformar deputados em agentes financeiros e peritos em questões monetárias, substituindo funções do Executivo.

**Orçamento** — Reina alguma satisfação com as questões tributárias, que foram negociadas vagarosa e discretamente e resultaram num projeto considerado modernizador: o orçamento terá mais transparência e retira-se muito do âmbito federal. O problema central, contudo, é obter uma efetiva descentralização, sem o que as mudanças na tributação podem ser até prejudiciais.

A hipótese de um país de trabalhadores contentes com seus direitos assegurados pelo menos na letra, latifundiários tranquilos, banqueiros furiosos e empresários orfãos — afinal, sua relação ambígua com o pai Estado é bastante conhecida — ainda tem de passar pelo teste votações nas oito comissões temáticas, e na sistematização. É por isso que os líderes do PMDB não consideram a primeira rodada de votações como muito expressiva.

Ela demonstra, porém, uma tendência detectada desde os primeiros dias da Constituinte, e que acaba sendo esquecida. Na falta de partidos programáticos, as articulações de interesses se dão por questões específicas e o conteúdo ideológico não se prende aos limites das siglas. O voto e o mandato de novembro de 1986 cada um interpreta como quer.

# Circuitos Andinos

EXCURSÕES ELETRIZANTES PARA VOCÊ CONHECER O MELHOR DOS CIRCUITOS ANDINOS!

**12 Dias em Circuito Austral**  
Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Puntas Arenas, Rio Grande, Terra do Fogo, Ushuaia, Canal de Beagle e Buenos Aires.  
Saídas: Terças e Domingos

**12 Dias em Circuito Andino**  
Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Puerto Montt, Lagos Andinos, Pucallpa, Banihoche e Buenos Aires.  
Saídas: Domingos

**SKI no CHILE**  
Inesquecível no maravilhoso de Ski Hotel Montblanco. Acesso direto às pistas de esqui, equipamento esportivo no próprio local, instrutores de fama internacional.

**10 Dias em Circuito Central**  
Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Portillo, Travessia da Cordillera dos Andes por Terra Mendoza, Córdoba e Buenos Aires.  
Saídas: Terças e Domingos

**12 Dias em Circuito dos Incas**  
Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Lima, Cuzco, Machu Pichu, Lago Titicaca e Lapaz.  
Saídas: Domingos

**3 VEZES S/JUROS**  
SOLICITE FOLHETOS EXPLICATIVOS

**CLAMERS**  
TURISMO  
R. da Assembleia, 10-GF 1816  
Rio de Janeiro  
Tel. 224-6223  
EMBRATUR Nº 04383-00-41-1

**CORDOBA**  
TURISMO  
Av. Rio Branco, 156 loja 108 s. solo  
Ed. Central  
Tel. PABX 262-6781  
EMBRATUR Nº 00153-00-41-6

**equipe**  
Rua Gonçalves Dias, 56 205 - RJ  
Tel. 242-4534  
EMBRATUR Nº 03655-00-41-9

**itaitiaia**  
turismo  
Ltda  
Av. Rio Branco, 120 - sobreloja,  
tel. 221-2022.  
EMBRATUR Nº 00010-00-41-1

# EXOTISMO MARROQUINO

Partidas de Maio a Outubro. 11 dias de viagem. Visitando Casablanca, Rabat, Tanger, Fez, Marrakesh.

# EUROPA COM MARROCOS

Partidas de Maio a Outubro. 29 dias de viagem. Visitando Marrakesh, Casablanca, Fez, Madrid, Bilbao, Bordeaux, Paris, Zurich, Veneza, Florença, Roma, Pisa, Nice, Barcelona e Casablanca.

Consulte seu Agente de Viagens.  
**Viagens Melia** **RAM** royal air maroc  
CENTRO AV. RIO BRANCO, 99 11º PABX 253-4546  
COPACABANA RUA FRANCISCO SA, 23 12º TEL. 267-7515  
SAO PAULO RUA DOM JOSE DE BARROS, 177 6º TEL. 231-3366

# EXCURSÕES FERROVIÁRIAS

**PANTANAL MATOGROSSENSE**  
14 dias incluindo compras na Bolívia e Paraguai com os melhores hotéis.  
Saídas: JUN. 03 e 17; JUL. 08, 15, 22 e 29; AGO. 05 e 19

**CIDADES HISTÓRICAS**  
4 dias - Hotel ★★★★★ (Exclusividade da Trilhos).  
Saídas: JUN. 11; JUL. 09 e 23; AGO. 20

**CIDADE DA CRIANÇA**  
3 dias incluindo Playcenter, Simba Safari, Exotiquarium, Hotel ★★★★★ Saídas: JUN. 12 e 26; JUL. 03, 10, 17, 24 e 31; AGO. 14 e 28

J. Carneiro - Pioneiro em Turismo Ferroviário

**TRILHOS AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.**  
Rua da Assembleia, 10 - Loja s/s 110 (Edifício Cândido Mendes)  
Tels.: 224-9038 e 224-8113 - EMBATUR 04456.00.42.5

**O FOLCLORE AS PIADAS AS ESTÓRIAS.**  
SANDRO MOREYRA  
JORNAL DO BRASIL